

# A ESCRITA ACADÊMICA COMO ESPAÇO DE INSERÇÃO DO SUJEITO EM FORMAÇÃO EM LETRAS NA DISCURSIVIDADE CIENTÍFICA

Marcielle Casonatto Batista<sup>1</sup>  
Gesualda de Lourdes dos Santos Rasia<sup>2</sup>

**Resumo:** Este estudo busca identificar como ocorre a demarcação de autoria em resenhas de acadêmicos ingressantes no curso de Letras. Consideramos que o sujeito aluno circula, na academia, pela ordem da cientificidade e a do senso comum, constituindo, nesse trânsito, o processo de apropriação do saber legitimado. A pesquisa ancora-se na Análise do Discurso Francesa (AD), em diálogo com a perspectiva da Linguística Textual. A metodologia adotada para o estudo é a pesquisa bibliográfica com análise de *corpus*, com recorte de um conjunto de ocorrências que manifestam como o sujeito articula a relação entre as duas ordens citadas. A constituição da autoria se dá na medida em que os acadêmicos adentram a discursividade científica e dela apropriam-se, tanto de seus saberes quanto de suas formas.

**Palavras-chave:** Escrita Acadêmica; Resenha; Autoria; Discursividade.

## The academic writing as a space for inserting the subject in formation in Letras in scientific discursivity

**Abstract:** This study seeks to identify how the authorship demarcation occurs in reviews of beginners academics of Letras Course. We consider that the student subject circulates, at academy, by the orders of scientificity and the common sense, constituting, in this traffic, the appropriation process of the legitimate knowledge. The research anchors on French Discourse Analysis (AD), in dialogue with the Textual Linguistics' perspective. The methodology adopted for this study is the bibliographical research with *corpus*' analysis, with a cutting of occurrences' complex that demonstrate how the subject articulates the relation between the two orders described. The authorship constitution occurs as academics enter into scientific discourse and appropriate it, both in its knowledge and in its form.

**Keywords:** Academic writing; Review; Authorship; Discursivity.

## INTRODUÇÃO

O âmbito acadêmico é marcado por uma discursividade própria, que é avalizada e reiterada por seus pares. É requerido ao sujeito que ingressa em uma

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Paraná ([ma.casonatto@gmail.com](mailto:ma.casonatto@gmail.com))

<sup>2</sup> Universidade Federal do Paraná ([gesa.rasia@gmail.com](mailto:gesa.rasia@gmail.com))

universidade que este se inscreva nessa ordem discursiva. Entretanto, o processo de ocupação do lugar no espaço simbólico do saber científico é complexo.

Com o objetivo de investigar o início do processo de inscrição do sujeito-aluno na discursividade acadêmico-científica, a demarcação dos espaços de subjetividade e de autoria na textualização, este estudo, que é resultado de uma pesquisa mais abrangente realizada no âmbito da Iniciação Científica e desenvolvida no Curso de Letras da Universidade Federal do Paraná, busca analisar as primeiras resenhas produzidas na disciplina de Língua Portuguesa I do curso de Letras. Tal análise é conduzida tendo por base os pressupostos da Análise do Discurso de vertente francesa (AD). Para a abordagem discursiva, não há sentidos já dados, mas sim o trabalho interpretativo, em que esses se constituem, a partir de um processo que é da ordem do simbólico, com sujeitos inscritos na história. Os sujeitos têm papel ativo nessa construção, porém, esse processo está além do seu controle, em razão de que o sujeito é atravessado pela ordem do inconsciente e da ideologia (ORLANDI, 2001).

Tendo isso em vista, neste trabalho buscamos compreender como se dá a inscrição do aluno no discurso científico pela via da escrita acadêmica. Para isso, analisamos alguns aspectos, como a forma com que ele articula a textualização e a forma como mobiliza diferentes discursos oriundos de diferentes formações discursivas para constituir-se enquanto autor em sua escrita. Antes de dar início à análise, porém, é necessário retomarmos os conceitos basilares da perspectiva teórica adotada, pois estes darão sustentação às considerações formuladas.

## O SUJEITO E O DISCURSO

A perspectiva teórica europeia da análise do discurso (AD) é uma escola que teve início na década de 1960 na França, com os estudos de Michel Pêcheux e seu grupo. Ela surgiu a partir de interrogações sobre o que significa ler, que consequentemente atinge a interpretação, e tinha como um dos objetivos desnaturalizar a leitura, apoiando-a em um dispositivo teórico. Ela nasce tendo como base a interdisciplinaridade, pois se constitui a partir da Linguística, do Marxismo e da Psicanálise, trabalhando a língua, a história e o sujeito.

Entretanto, é importante salientar que, apesar da Análise do Discurso pressupor esses campos, ela não é uma simples mistura deles, já que possui seu

próprio método e objeto (ORLANDI, 2006). Sua constituição é mais complexa, pois se realiza nas suas bordas e nos seus confrontos. A Análise do Discurso

interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca na Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele. (ORLANDI, 2000, p. 20).

Na AD a linguagem estabelece relações entre os sujeitos e os sentidos e seus efeitos podem ser múltiplos, ou seja, não há um efeito de linearidade entre emissor e receptor, mas sim efeitos de sentido entre locutores (ORLANDI, 2000). A linguagem, na perspectiva discursiva, não é um universo de signos que serve como um instrumento de comunicação ou como suporte para o pensamento, mas sim um modo de produção social no qual ocorre a manifestação da ideologia e que, portanto, não é neutra nem natural (BRANDÃO, 2004).

A questão do sentido tem espaço central nessa investigação, pois não há sentido que não passe pela interpretação. As palavras não possuem significado por elas mesmas, seu sentido se constitui sempre em relação a algo. O sentido não existe em si mesmo, “mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas” (ORLANDI, 2000, p. 42). Dessa maneira, o sentido no discurso se constitui a partir do confronto com outras discursividades.

Dessa forma, não há como pensar no discurso sem pensar nas condições de sua produção, que são “o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam e a imagem que fazem de si, do outro e do referente” (BRANDÃO, 2004, p. 105). As condições de produção conferem ao discurso sua exterioridade, característica essencial ao se pensar a teoria discursiva como uma articulação entre a língua e a historicidade. Assim, ao falar de nosso objeto de estudo, o texto produzido por graduandos, é necessário refletir sobre as condições em que ele é produzido. Antes de se aprofundar nesse conceito, faz-se necessário discorrer brevemente sobre a noção de texto.

O objeto da análise de discurso é o texto, pois é a unidade material que permite ao analista ter acesso ao discurso. O texto, para esta perspectiva, é uma unidade complexa, caracterizada pela heterogeneidade e pela dispersão. De acordo com Orlandi (2000, p.70), “o discurso é uma dispersão de textos, e o

texto é uma dispersão do sujeito.” Isso acontece principalmente em decorrência de a constituição do sujeito ser heterogênea, levando-o a ocupar diversas posições no texto, que são correspondentes às várias formações discursivas (FD), ligadas às formações ideológicas.

A formação ideológica é caracterizada por Pêcheux e Fuchs como

um elemento suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem 'individuais' nem 'universais' mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras. (PÊCHEUX; FUCHS,1997, p.166).

As formações ideológicas são compostas por uma ou mais formações discursivas que, por sua vez, determinam aquilo que pode ser dito dentro de um contexto de significação. Por essa razão, uma palavra ou expressão não possui um único sentido, ele depende da FD em que o enunciado está inscrito, reiterando a ideia de que não há sentido que não passe pela ideologia.

Nesse sentido, um texto sempre adquire a qualidade da incompletude, visto que se relaciona com sua exterioridade. O texto é “um espaço discursivo não fechado em si mesmo” que estabelece relações com outros textos e outros discursos (INDURSKY, 2010, p. 69), no qual uma série de outros fatores faz parte da sua constituição. Dentre esses fatores, estão as relações contextuais, sob a noção de exterioridade; as relações textuais, resultantes da textualização; as relações intertextuais, conhecidas como intertextualidade; e as relações interdiscursivas, que relacionam o texto com outros discursos.

Depois de apresentar as noções que dão sustentação ao arcabouço teórico da análise de discurso, o próximo passo é aprofundá-las, atrelando-as ao objeto de pesquisa a que este trabalho se propõe: as questões da textualidade e da autoria.

## O TEXTO E A AUTORIA

Um texto não existe sem um autor que lhe dê forma. Pensar a noção de autoria é lembrar primeiramente que esta não é estagnada no tempo e no espaço, pois foi se modificando no decorrer da história. Orlandi (2008b)

esclarece que a gênese do conceito da autoria que acompanha a noção de texto atualmente ocorre no final do século XVIII, determinada por aspectos jurídicos. Esse conceito foi expandido no século XIX em uma cultura fortemente marcada pela imprensa.

Entretanto, a noção de autoria adquiriu importantes modificações no século XX, principalmente dentro do campo de estudos do discurso, com a contribuição de autores como Michel Foucault (1992)<sup>3</sup>. Posteriormente, Orlandi (2000, 2008a), Lagazzi-Rodrigues (2015) e Gallo (2001, 2012) vão propor outros deslocamentos dentro da Análise do Discurso para esses conceitos, pensando a autoria como processo que se inicia com a escolarização.

Para a perspectiva discursiva, a autoria não se dissocia do discurso e do sujeito. Segundo Orlandi (2000), há uma relação entre o texto e o discurso, em que a sua contraparte é a relação entre o autor e o sujeito. Essas distinções devem-se em razão de a dispersão ser a característica determinante do sujeito para com o texto, enquanto a autoria é o princípio da organização e da unidade. Compreender que autoria e texto acontecem em um processo indissociável é crucial. Portanto, “localizar o princípio de autoria na origem da textualidade é vincular autor e texto a uma relação processual” (LAGAZZI-RODRIGUES, 2015, p.102), e isso é diferente de dizer que o autor é a origem do texto ou que o texto é a origem do autor.

A AD, preocupada com a materialidade da língua e com o descentramento do sujeito, vai então utilizar o termo função-autor, proposto por Foucault, que “retira da figura do autor qualquer caráter intrínseco e a situa na relação com a exterioridade que a constrói, situa o autor na história.” (LAGAZZI-RODRIGUES, 2015, p.100).

Enquanto Foucault emprega o conceito de maneira mais restritiva, no sentido de fundar uma discursividade, Orlandi (2008b) distingue o termo função-autor da filiação foucaultiana ao concebê-lo como a realização imaginária de unidade que o sujeito tem ao presumir-se origem do seu dizer. A autoria é, então, pensada como a função discursiva do sujeito, ao lado das funções enunciativas do locutor, em que o sujeito se representa como “eu” no discurso,

---

<sup>3</sup> FOUCAULT, Michel. **O que é um Autor?** Coleção Passagens, Vega, Lisboa, 1992.

e do enunciador, ou seja, a perspectiva que esse “eu” constrói (DUCROT<sup>1</sup>, 1984 apud ORLANDI, 2000, p. 74).

Dentre essas, a função-autor é a que mais é afetada pela exterioridade e, portanto, submete-se às coerções, às regras institucionais, às condições de não contradição e de responsabilidade. Devido à maior sujeição ao controle social, à institucionalização e à padronização, é nessa instância que ocorre o maior apagamento do sujeito (ORLANDI, 2008a). O processo no qual o sujeito como autor assume essa exterioridade, à qual deve se referir ao mesmo tempo em que se remete a sua interioridade, é denominado “assunção da autoria” (ORLANDI, 2000, p. 76). É articulando esses dois movimentos que o sujeito trabalha e constrói sua identidade como autor.

O gesto de escrever um texto é também um gesto de vincular-se a sentidos já existentes e que estão dispersos no interdiscurso. O interdiscurso é a relação que um discurso estabelece com outros, sendo determinado pelo conjunto das FDs. Este é relacionado à memória afetada pelo esquecimento, a chamada memória discursiva, aquele “saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra” (ORLANDI, 2000, p. 31).

A partir dessa concepção é que se procura compreender como a inscrição em diferentes formações discursivas compõe o processo de autoria. Gallo (2001) observa que o sujeito pode ocupar diferentes posições em um texto (a sua constituição é heterogênea e isso resulta na heterogeneidade discursiva) e esse embate entre FDs pode levar ao que a autora caracteriza como efeito-autor: o efeito do confronto entre formações discursivas distintas, cuja resultante é uma terceira e nova formação discursiva dominante. Para a autora, a função-autor ocorre em todo acontecimento discursivo, mas o efeito-autor não é verificável em todos os casos.

Como já foi mencionado, o sujeito tem a ilusão de autonomia e de unidade ao elaborar um texto, mas esses são efeitos de evidência produzidos pela ideologia, que gera tanto a homogeneidade do sujeito como a transparência do sentido. “O sujeito se constitui como autor ao constituir o texto. O autor é o

---

<sup>1</sup> DUCROT, O. *Dire et ne pas dire*. Paris: Herman, 1972.

lugar em que se constrói a unidade do sujeito. É onde se realiza o seu projeto totalizante” (ORLANDI, 2008a, p. 56). Essa coerência e senso de completude (do discurso e do autor) são imaginários, por se constituir no simbólico, ao passo que a dispersão (do texto e do sujeito) é real. E assim, forma-se um processo mútuo e indissociável: o autor é responsável pelo agrupamento do discurso, mas a própria unidade do texto é na verdade um efeito que advém da autoria.

Lagazzi-Rodrigues (2015), ao discutir a relação entre texto e autoria, faz algumas considerações. A primeira refere-se à equívocidade, que não é aqui sinônimo de erro. O equívoco é o que confere às palavras sentidos contraditórios, oriundos de diferentes interpretações determinadas pelas formações discursivas, sendo, portanto, constitutivo da linguagem. Se recordarmos que os sentidos das palavras não existem em si mesmos, mas que se colocam em processos de transferência simbólica determinados pelo contexto sócio-histórico e do qual não temos controle, o equívoco está sempre presente, pois é “o trabalho da ideologia e do inconsciente.” (ORLANDI, 2000, p. 60).

Além disso, a abordagem discursiva do texto se diferencia da abordagem conteudista (ainda bastante comum), por pensar o significante não mais como a contraparte do significado, como descrevia Saussure no *Curso de Linguística Geral*, mas por colocar aquele em primazia a este, resultando no entendimento de que “o significado pode ser deslocado do pensamento, e o texto pode ser pensado como um espaço de possibilidades relacionais, e não mais como um conjunto de ideias do autor” (LAGAZZI-RODRIGUES, 2015, p.96). Dessa forma, perguntas como “o que o autor quis dizer?” não cabem mais, pois o texto não é um meio pelo qual o autor expressa seus pensamentos, mas sim um “espaço de possibilidades relacionais” (LAGAZZI-RODRIGUES, 2015, p.94), e a escrita é um processo em que se trabalha o significante verbal, estando sempre ligada às suas condições de produção.

Essa perspectiva de linguagem coloca o sujeito e a língua como mutuamente constitutivos, visto que a linguagem e a relação do sujeito da ordem do real são mutuamente constitutivas e são os sujeitos que a colocam em funcionamento. A AD assume como fundamento que a linguagem não é uma origem ou algo que “encobre uma verdade existente independente dela própria”, mas é exterior ao falante, o que define a posição do sujeito – o sujeito não existe enquanto entidade, mas sim enquanto posição. Da “sujeição

transcendental” é que decorre a ideia de relação do “sempre-já-lá” da linguagem no que se refere ao sujeito (HENRY, 1997, p. 29).

Lagazzi-Rodrigues (2015) afirma que é essa possibilidade de movimento entre significado e significante, realizada no próprio funcionamento da linguagem, que permite a polissemia. A polissemia juntamente com a paráfrase constituem outras características relevantes quanto ao processo que o autor realiza na produção de um texto. A paráfrase é da ordem do repetível, enquanto a polissemia é o desvio, a variação da regra.

E é no jogo entre a repetição e a atualidade que a autoria se faz, num processo em que a repetibilidade sustenta o novo dito, ou seja, as forças entre posicionamentos, que fazem com que ocorram os deslizamentos dos sentidos, os quais atualizam a própria repetibilidade (MITTMANN, 2016).

Orlandi (2008a) ainda propõe duas dimensões constitutivas do discurso: a verticalidade (enunciado), do domínio do repetível, exterior ao sujeito; e a horizontalidade (enunciação), da ordem da formulação discursiva, em que o sujeito pode intervir. Assim, todo efeito discursivo se dá na relação dessas duas dimensões que, por sua vez, produzem a historicidade – processo não transparente em que outros discursos se repetem e se contrapõem.

Ao escrever um texto, o sujeito necessita ter domínio dos mecanismos do processo discursivo e dos processos textuais; no primeiro, ele se constitui como autor e, no segundo, ele marca sua prática de autor (ORLANDI, 2008a). Dessa maneira, ainda que o sujeito não seja a origem do seu dizer, ao exercer a função de autoria, ele precisa assinalar sua particularidade. Gallo (2001) complementa essa ideia ao propor que não só o fechamento é marca da autoria, mas também a singularidade, pois é ela que garante a diferença.

Como o objeto em investigação é formado por resenhas produzidas pelos alunos, é importante conceituar brevemente esse gênero. Para isso, buscamos nos ancorar em definições trazidas pela linguística do texto, em cotejo com pressupostos histórico-discursivos.

A função da resenha é basicamente descrever e avaliar uma obra “a partir de um ponto de vista informado pelo conhecimento produzido anteriormente sobre aquele tema.” (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010, p. 28). Os comentários do resenhista devem, portanto, estar relacionados com a área em que a obra foi produzida ou que sejam relevantes para ela. É comum que as

resenhas tenham um segmento avaliativo, no qual o resenhista deve dar atenção à escolha dos argumentos, bem como à qualidade com que eles são apresentados. Por essa razão, Machado (2003) aconselha a mobilização de argumentos que sejam convincentes e que sejam sustentados nos valores da sua esfera de conhecimento.

Além disso, outra preocupação que o resenhista deve ter é em relação à polifonia textual; isso significa dizer que este deve mobilizar mecanismos linguísticos que diferenciem as vozes<sup>5</sup> do texto: qual a opinião do autor da obra, a do próprio resenhista e demarcar quando porventura forem utilizados autores de outras obras que estabelecem diálogo com o texto resenhado (ANDRADE, 2006). É parte das atribuições do sujeito instado a ocupar a posição de autor fazer tais articulações em um texto. A AD emprega o termo posição-sujeito para referir-se a uma ou mais posições discursivas que o sujeito ocupa ao dizer, considerando que "o sujeito discursivo é pensado como 'posição' entre outras" (ORLANDI, 2000, p. 49). Ao ser constituído pela dispersão e pela multiplicidade o sujeito ocupa diversas posições, produzindo sentido na relação entre elas.

A resenha, como um gênero, obedece a condições de apresentação e de organização formuladas em um contexto institucional que estabelece demarcações para a enunciação e reflete características da sociedade em que circula (FURLANETTO, 2005). A produção da resenha no âmbito acadêmico, por sua vez, é uma forma de o aluno estabelecer uma interação com a leitura do texto-fonte, contribuindo para a construção dos saberes requeridos para a sua formação (LIMA-SILVA, 2011). Nesse sentido, o estudante é instado a relacionar seu conhecimento prévio com o extraído do texto resenhado e, frequentemente, buscar, por meio de pesquisa, fontes que possam embasar seus argumentos. É nessa configuração que o sujeito-aluno é chamado a atuar como sujeito-autor.

Ao procurar constituir-se como autor, o aluno busca se inscrever no discurso acadêmico-científico, vinculando-se ao "movimento de enunciação" dessa FD, ou seja, o já-dito que comporta o dizível (FURLANETTO, 2005, p.

---

<sup>5</sup> O quadro teórico no qual nos inscrevemos não trabalha com esta noção, que é oriunda do sociointeracionismo discursivo, porém, reconhecendo sua importância, a empregamos neste trabalho.

262). As FDs não só determinam o que deve ou o que pode ser dito, mas também articulam formas específicas de enunciados. Isso significa dizer que o discurso acadêmico está inserido em um campo discursivo que adquire certa identidade (marcada, mas não fechada) composta por um conjunto de enunciados mais ou menos avalizados pela comunidade que dele faz uso e o alimenta.

Dito isso, é possível melhor compreender em que condições de produção os textos são elaborados pelos alunos. Estas definem os processos de formulação e de significação da resenha. De um lado, no processo de formulação do texto se determina quem, para quem, onde e como se diz, por meio das formações imaginárias. De outro lado, o interdiscurso determina, no processo de constituição do dizer, aquilo que é interpretável, sendo a interpretação o espaço em que a autoria se constitui e é constituída. É no espaço de circulação de sentidos do dizer acadêmico que o sujeito-aluno procura se inscrever, mas esse conhecimento que está sendo sedimentado é constantemente atravessado pelo saber construído ao longo do tempo, e seus limites não são estáticos, mas ao contrário, estão em constante trânsito entre as duas FDs, aquela do saber científico legitimado e a do senso-comum, que circula na mídia e na escola.

## METODOLOGIA

O *corpus* foi constituído por resenhas produzidas por acadêmicos no primeiro semestre letivo de 2019 do curso de Letras, em sua primeira atividade de produção textual no âmbito universitário, dentro da disciplina de Língua Portuguesa I. As resenhas foram desenvolvidas a partir da obra *Linguística? O que é isto?* organizada por José Luiz Fiorin. O livro apresenta textos com conceitos basilares para a compreensão da linguagem dentro do campo de estudos da Linguística e que devem se consolidar como conhecimento científico para qualquer estudante de Letras. Entendendo, pois, o texto como a unidade que permite ter acesso ao discurso, buscamos investigar como ocorre a inserção desses sujeitos no discurso acadêmico.

A atividade solicitada consistia em o aluno selecionar um capítulo de sua preferência e produzir uma resenha descritivo-crítica que obedecesse aos critérios do gênero e que agregasse exemplos oriundos de outras leituras, relacionando-as ao tema. Dentro dos textos produzidos, foram selecionadas para análise as resenhas que atendiam minimamente aos critérios estabelecidos

no comando da atividade, bem como as que correspondiam às especificações do gênero em questão. Os textos escolhidos dizem respeito às resenhas dos capítulos “A linguagem humana: do mito à ciência”, de José Luiz Fiorin e “Língua e variação”, de Ronald Beline Mendes.

A partir disso, foi recortado um conjunto de ocorrências divididas em quatro agrupamentos tendo como princípio organizador uma temática a ser analisada, sendo essas: a mobilização de vocabulário e emprego de mecanismos do discurso científico (R1), a argumentação (R2), a apropriação e a elaboração de conceitos teóricos (R3) e a estruturação textual (R4). Dentro de cada Recorte há um ou mais segmentos extraídos dos textos produzidos pelos alunos e que apresentam questões em comum para análise.

Desta maneira, o que pretendemos com tais categorias de análise, tendo em vista os pressupostos teóricos da AD, é investigar como ocorre a mobilização dos recursos e das marcas linguísticas que se inscrevem no discurso acadêmico-científico (R1); como se dá a articulação da argumentação no que diz respeito a diferentes discursividades (R2); de que maneira o equívoco irrompe no movimento do sujeito entre a ordem do discurso científico e a do senso comum (R3) e, por fim; como aparecem as relações textuais no interior do texto, conferindo a este o efeito de unidade e fechamento (R4).

## **A INSCRIÇÃO DO SUJEITO-ALUNO NO DISCURSO CIENTÍFICO**

Este é um gesto de análise que procura investigar como o sujeito se inscreve em uma FD, especificamente a do discurso acadêmico-científico, ao mesmo tempo em que tenta relacionar seu conhecimento, estruturando-o em um texto como forma de constituir-se como autor. A primeira questão que emerge diz respeito à forma como o sujeito na sua posição de aluno ingressante no curso se movimenta por diferentes FDs, lembrando que as resenhas dizem respeito a conhecimentos do campo linguístico, essenciais para a formação em Letras.

Como resposta a esta pergunta, propomos inicialmente a análise do vocabulário empregado e das estratégias textuais adotadas. No Recorte 1,

podemos observar a mobilização de expressões e de mecanismos que obedecem às normas oriundas do discurso científico, em que se criam manobras retóricas a fim de evitar a deriva<sup>6</sup> (TFOUNI, 2008). Dentre elas estão o uso da linguagem na terceira pessoa, com o uso de verbos dicendi ao introduzir o discurso indireto, como em “Fiorin apoia-se” (R1 Texto1), “o estudioso esclarece (R1 texto 4) e “o linguista define” (R1 Texto 5).

Dentro desse recorte percebemos ainda o uso da intertextualidade explícita (nas referências à obra e ao capítulo em questão) e do vocabulário extraído diretamente do texto resenhado:

[...] este capítulo dá-nos um embasamento que nos permite distinguir a linguagem da língua. Esta é “um sistema de signos específicos aos membros de dada comunidade”, enquanto aquela é “a capacidade específica da espécie humana de se comunicar”. Em outras palavras, a linguagem é mais abrangente, podendo ser manifestada verbalmente (palavras) ou por meios não-verbais (sons, cores, gestos, etc.). (R1 Texto 1).

Nesse segmento, o aluno faz tanto o uso das citações diretas entre aspas quanto da paráfrase para reconstituir a ideia do autor. Esses fenômenos indicam que este sujeito está em processo de entrada no *continuum* da discursividade científica. Coracini (1991) defende que essas normas são usadas e reiteradas pela comunidade acadêmica “como formas de fazer transparecer no texto a objetividade científica” (p. 45-46). Isso decorre de o discurso científico, ainda marcado por posições positivistas, ser aquele que se dá pela ilusão de evidência do dizer.

O Recorte 2, por trazer outras leituras, é aquele que se relaciona mais intimamente com a forma como o sujeito articula sua argumentação para a construção do texto. É comum observar que parte dos argumentos selecionados para dar sustentação aos exemplos mobilizados em resenhas não são sustentados nos valores da esfera acadêmica (MACHADO, 2003), ancorando-se principalmente em discursos como o da literatura popular, o discurso midiático (o de entretenimento de massa e o jornalístico), o discurso escolar e o do senso comum, como ilustra o segmento a seguir:

---

<sup>6</sup> Esta noção será trabalhada em momento oportuno.

**É como diz o ditado**, que **pode até ser** derivado do **mito da criação**, as palavras têm poder, tanto para fazer o bem, quanto para fazer o mal, como pode ser verificado em livros de história sobre o nazismo, por exemplo, ou até atualmente com os **discursos de ódio** proferidos por autoridades.

Esta capacidade humana, **pode até ser considerada divina**, pois pode criar realidades, com coisas que existem, mas também do que nunca existiu (mas que um dia pode vir a existir, como o computador por exemplo), e dá o poder de criar universos (vide **Universo Marvel** criado por Stan Lee). (R2 Texto 2)

Como mencionado, nota-se que a argumentação, nesse caso, procura se ancorar em discursos outros que não o acadêmico-científico. Ao usar, por exemplo, a expressão “é como diz o ditado”, o aluno provoca um efeito de sentido que remete ao discurso do senso comum, principalmente o ligado à oralidade. O discurso religioso, por sua vez, pode ser inferido nos recortes “esta capacidade humana, pode até ser considerada divina” e “mito da criação”, em que o aluno procura se distanciar do próprio enunciado, conferindo a ele um grau de incerteza ao empregar a modalização “pode até ser”; o efeito aqui produzido indica que o sujeito-aluno está se deslocando por duas FDs contraditórias, que não são institucionalmente avalizadas pelos seus pares. Por último, ressalta-se também o discurso do entretenimento de massa promovido pela mídia, ao citar o universo multimídia da Marvel.

Outro aspecto que chama a atenção no mesmo trecho é o fato do não aprofundamento das questões levantadas e do não estabelecimento de relações entre os exemplos trazidos ao texto e sua finalidade argumentativa. O discurso acadêmico-científico, por outro lado, é marcado pela descrição detalhada que busca atingir, ainda que retoricamente, a objetividade (ou seja, há a tentativa de se produzir efeito de objetividade), buscando pormenorizar o objeto em discussão a fim de eliminar a ambiguidade. No exemplo do “nazismo” e do “discurso de ódio”, o aluno projeta imaginariamente que seu interlocutor saberá a que ele está se referindo, contrariando o ideal do discurso científico, que é altamente argumentativo e opta pela descrição minuciosa da linha de pensamento a que pretende convencer seu leitor (CORACINI, 1991).

Nesse mesmo sentido, ocorrência parecida pode ser observada nesta segunda sequência discursiva, de outra resenha: “O filme de ficção científica ‘A Chegada’, aborda de uma forma incomum essa importância da linguagem para as relações e a comunicação” (R2 Texto 5). Nesse segmento, o aluno apenas

menciona o filme, sem se deter nos detalhes que aprofundariam sua argumentação, relacionando-a ao tema resenhado.

A argumentação, para a AD, não permanece no nível da formulação, mas quer atingir a constituição dos sentidos. Ela é vista “a partir do processo histórico-discursivo em que as posições dos sujeitos são constituídas” (ORLANDI, 1998, p. 78). Portanto, ao mobilizar argumentos para o seu texto, o estudante marca a inscrição na FD a que pertence, marcada pela memória do dizer que o constituiu até ali, ou seja, a intenção do dizer no nível da formulação já foi determinada por processos de significação aos quais o sujeito não tem acesso diretamente.

O Recorte 3 se forma ao tomar como objeto de análise a apropriação e elaboração dos conceitos teóricos da Linguística trabalhados nos capítulos resenhados. Nesse sentido, nota-se que o equívoco está presente na constituição dos sentidos. Esse é o caso da confusão conceitual entre língua escrita e língua falada, como se constata nos trechos seguintes, extraídos de duas resenhas distintas: “A **troca da letra** também pode ser mal-vista, por exemplo, alguém que fala ‘pranta’, no lugar de planta, pode ser compreendido, entretanto pode ser taxado como alguém de baixa escolaridade e classe social.” (R3 Texto 6). “Fica evidente que o prestígio é determinado pelos falantes e não pelo **som da letra**.” (R3 Texto 7).

O equívoco aqui opera em dois sentidos: na acepção comum de engano e no entendimento discursivo de que o sentido sempre pode ser outro, que Tfouni (2008) intitula como deriva. “A deriva é a irrupção do real, visto que o real está na falta, e, pela deriva, outras possibilidades de significação irrompem, quebrando a unidade aparente, e instalando o não-UM.” (p. 153). Para a AD, o equívoco acontece porque a língua comporta o não-todo, ou seja, ela admite a falta e a falha, já que trabalha com a noção de incompletude (FERREIRA, 2010). Em razão da estrutura da língua não ser fechada e homogênea é que há espaço para o sentido transbordar e ficar à deriva. Essa possibilidade de transbordamento dos sentidos só é possível pois o real da língua nos escapa. A noção de real, oriunda da psicanálise, é incorporada à AD para esclarecer que “tudo não se pode dizer” dado que o “conceito de língua é aquele de um não-todo” (MILNER, 1987, p. 19).

Como o próprio da língua é a insuficiência, dada a impossibilidade de suportar o todo; o equívoco trabalha no espaço onde ocorrem os efeitos das

relações de sentido entre discursos e suas relações de força entre si. Pensando a dimensão do texto, o aluno trabalha no campo da subjetividade enquanto sujeito, ao passo que a escrita é trabalhada no espaço da incompletude da língua. Nesse movimento ele se coloca, ora como usuário, que transita pela ordem do senso comum, ora como estudioso da língua em processo de constituição.

Procurando compreender como esses sentidos se estabeleceram, lembramos que, não raro, o modo como o discurso científico é processado pelos estudantes na escola fica muito próximo ao senso comum, e assim chega à universidade. A reflexão apresentada pelos acadêmicos no Recorte 3, ao colocar no mesmo plano “letra” e “som da letra”, desconsidera as diferenças essenciais entre o sistema escrito e o oral. Faraco sublinha que

Embora inter-relacionados por serem meios de expressão da mesma linguagem verbal, cada um tem seu próprio modo de existir. São, no fundo, irreduzíveis um ao outro e, por isso mesmo, demandam, para seu domínio, experiências e trajetórias cognitivas específicas. (FARACO, 2012, p. 66).

Há, no recorte, uma tentativa, de parte dos acadêmicos, de pautar a discussão acerca dos diferentes registros/variantes linguísticas e dos valores sociais a eles atribuídos, com a consequente implicação da questão do prestígio ou desprestígio associado. Contudo, faltam ainda elementos teóricos para sustentar adequadamente o debate e levá-lo a termo de modo consistente.

A lacunaridade argumentativa produz no texto o efeito de equívoco, o qual, nos termos da AD, funciona porque “a memória inscreve o discurso em filiações, e o sentido que as representa está sempre sujeito a deslocamento” (ORLANDI, 2001, p. 131). Retomando o conceito de deriva para a textualidade, quando ela ocorre sem ser controlada pelo sujeito se “instala uma ausência de coerência no texto” (TFOUNI, 2008, p. 153). No entanto, não se pode esquecer que o processo de constituição do sentido não é transparente para o sujeito, pois a relação com o simbólico é sempre uma relação com a interpretação (ORLANDI, 2001). Dessa forma, todo sentido é produzido em condições específicas, relacionadas à exterioridade, “com uma direção histórico-social que se produz em relações imaginárias que derivam de um trabalho simbólico” (ORLANDI, 1998, p. 75). Isso ocorre porque o sujeito é um sujeito histórico, que entre diferentes discursos produz enunciados por uma relação regulada pela memória do dizer. A história é que provê a linguagem de

sentido(s) e essa é a razão pela qual o equívoco é a “condição do significar” (ORLANDI, 2001, p. 57). Logo, o sentido se dá na relação entre a estrutura e o acontecimento e, por isso, não se fala em anterioridade de sentido em AD.

O equívoco trabalha na constituição dos sentidos e apaga a memória sócio-histórica do dizer, conferindo a esse um sentido de sempre-já-lá. Neste caso, portanto, a imprecisão dos termos conceituais empregados marca a equivocidade da língua ao afetar o sujeito no seu processo de significação, evidenciando seu deslocamento por duas FDs diferentes: a trazida pelo discurso escolar e o acadêmico-científico, no qual ele ainda está se inscrevendo.

Por fim, no Recorte 4 analisamos os aspectos da estruturação do texto, nos quais se observa uma preocupação em conferir a este uma organização sequencial (MACHADO, 2003), com efeito de unidade e fechamento. Essa estruturação aparece nas operações de textualização, que formam as relações textuais produzidas no próprio texto (INDURSKY, 2010), manifestando as conexões internas e estabelecendo a coesão e a segmentação. A título de exemplificação, trazemos para a análise as ocorrências seguintes: “O primeiro capítulo [...] No tópico intitulado [...] Adiante [...]” (R4 Texto 1), “Fiorin inicia o livro pelo capítulo [...] o autor primeiramente explica [...] Posteriormente [...] Como dito anteriormente [...] Finalmente [...].” (R4 Texto 5).

Para a perspectiva discursiva, não é a organização do texto que importa, mas sim como o texto organiza a sua discursividade em relação a sua materialidade (ORLANDI, 2001). A organização do texto é uma das marcas da textualidade e para a AD interessa como o discurso se materializa nessas marcas. Além disso, a textualização é condição necessária para que o sujeito se configure como autor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos compreender, por meio de um gesto de análise, como se dá a identificação do sujeito com o saber acadêmico, pela via da sua inscrição na ordem do discurso científico. Por um lado, a textualização das resenhas é atravessada por várias FD, pois “os textos são heterogêneos em relação às FD que os constituem” (ORLANDI, 2001, p. 59). É esperado que uma FD conviva com outra(s) em um texto e essas relações produzem efeitos de sentido distintos que devem ser levados em conta no discurso. Essa dispersão de textos (relação entre FDs) é o que constitui a sua historicidade.

Para produzir sua resenha, o sujeito-aluno acessou seus saberes e os sentidos trazidos para o texto dizem respeito às FDs às quais ele se filia e que para ele fazem sentido. Conseqüentemente, a articulação da argumentação atravessa diferentes discursividades, como indicamos no Recorte 2. Aqui, os conteúdos a serem mobilizados na produção do texto ainda estão se constituindo na memória discursiva do sujeito, pois este está em processo de inscrição na formação discursiva acadêmico-científica. Conforme discutido no Recorte 3, é nesse espaço de constituição dos sentidos que o equívoco aparece, afetando o processo de significação. Essa memória está sempre em trânsito entre o conhecimento científico que está sendo sedimentado, seu conhecimento de mundo e aquele trazido pela escola.

Por outro lado, como apresentado no Recorte 4, os alunos buscam articular a textualidade, integrando os parágrafos em começo, meio e fim, proporcionando um efeito de coesão (referência ao que foi dito e sequencialidade) e coerência na unidade. Essa articulação, somada à mobilização de recursos e marcas do discurso científico, mostrada no Recorte 1, busca agir sobre os processos de produção de sentidos ao controlar os movimentos de dispersão e deriva (TFOUNI, 2008), produzindo a ilusão de unidade e fechamento, uma marca do efeito de autoria. Orlandi (2001, p. 69) lembra que “A função-autor se realiza toda vez que o produtor da linguagem se representa na origem, produzindo um texto com unidade, coerência, progressão, não-contradição e fim.”

Nesse sentido, podemos dizer que há uma movimentação desses sujeitos em direção à discursividade científica, ao mesmo tempo em que buscam assumir-se como autores. O efeito de autoria (GALLO, 2012) só é possível quando um texto se filia a um lugar discursivo já legitimado, tornando-se reconhecível no espaço em que circula, pois ali se identificam sentidos, como é o caso do discurso da academia com suas regras. Apesar de o autor se constituir dentro do formulável, que se dá pela repetição na história, a autoria se distingue do mero exercício mnemônico. Isso significa dizer que o autor não necessita instaurar discursividade, mas produzir um lugar de interpretação.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O. **Resenha**. São Paulo: Paulistina, 2006.

BRANDÃO, Maria Helena Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2ª ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência**. 1.ed. Campinas, SP: Pontes, 1991.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem escrita e alfabetização**. São Paulo: Contexto, 2012.

FERREIRA, M. C. L.. Análise do Discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. **Organon** (UFRGS), v. 24, n.48, p. 17-34, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/28636>. Acesso em: 31 jan. 2020.

FIORIN, José Luiz (org). **Linguística? Que é isso?**. São Paulo: Contexto, 2013.

FURLANETTO, Maria Marta. Gênero do discurso como componente do arquivo em Dominique Maingueneau. In: MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Desirée (orgs). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola, 2005.

GALLO, Solange Leda. Autoria: questão enunciativa ou discursiva?. **Linguagem em (Dis)curso**, [S.l.], v. 1, n. 2, set. 2001. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem-Discurso/article/view/172>. Acesso em: 11 fev. 2019.

GALLO, Solange Leda. Novas Fronteiras para a autoria. **Revista Organon**, v. 28, p. 53-64, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/35724>. Acesso em: 03 mar. 2019.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 13-38.

INDURSKY, Freda. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. In: ORLANDI, Eni e LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. **Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade**. Campinas, SP: Pontes, 2010.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. Texto e autoria. In: ORLANDI, Eni; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. **Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade**. Campinas, SP: Pontes, 2015.

LIMA-SILVA, Ana Virgínia. A produção de resenha acadêmica no ensino superior. **Revele**: Revista Virtual dos Estudantes de Letras, v. 2, p. 1-13, jun. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/revele/article/view/3638>. Acesso em: 31 jul. 2019.

MACHADO, A. R. Os textos de alunos como índices para avaliação das capacidades de linguagem. In: MARI, H. et al. **Análise do Discurso em perspectivas**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2003.

MILNER, Jean-Claude. **O amor da língua**. Trad. Angela Cristina Jesuino. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

MITTMANN, Solange. Apresentação: Princípios fundamentais e questões (não tão) particulares sobre autoria. In: MITTMANN, Solange. **A autoria na disputa pelos sentidos**. 1. ed. Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS, 2016. *E-book*. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ppgletras/ebooks.html>. Acesso em: 11 fev. 2019.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela R. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso e argumentação: um observatório do político. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 73-81, jan. 1998. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/6915> Acesso em 02 mar. 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 2. ed Campinas, SP: Pontes, 2000.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 3. ed Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e leitura**. 8. ed São Paulo; Campinas, SP: Cortez: Ed. da Unicamp, 2008a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. 3. ed Campinas, SP: Pontes, 2008b.



PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. “A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975)” In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 163-252.

TFOUNI, Leda Verdiani. Autoria e contenção da deriva. In: TFOUNI, Leda Verdiani (org.). **Múltiplas faces da autoria**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.

*Recebido em 28 de março de 2020*

*Aprovado em 08 de junho de 2020*